



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

## DIFICULDADES SUPERADAS COM ABNEGAÇÃO, ENERGIA E HUMILDADE

DISCURSO PROFERIDO EM BRASÍLIA A 31 DE MARÇO DE 1969, EM REUNIÃO COM OS GOVERNADORES DE DIVERSOS ESTADOS E EM AGRADECIMENTO À SAUDAÇÃO DO SENHOR JOÃO AGRIPINO, GOVERNADOR DA PARAÍBA.

Meus Amigos:

Esta reunião tomou o caráter exato que desejei lhe dar, o caráter que todos nós desejaríamos que ela tivesse: uma palestra, uma troca de idéias entre homens sobre os quais está pesando o máximo de responsabilidade em relação aos destinos desta Nação.

Afirmou muito bem Luiz Viana, quando falou há pouco em nossa biblioteca, que os governadores nunca faltaram à Revolução. É verdade. Por isso mesmo, desejei reuni-los aqui, neste 31 de março, para dizer-lhes que o Governo da República reconhece esse fato. Repito: os governadores jamais falharam no apoio devido à Revolução.

Eu me permito, Senhores, embora sem qualquer esquema preestabelecido, fazer uma ligeira lembrança, um ligeiro retrospecto. Nossa Revolução foi preparada. Houve conspiração, não só no meio civil, mas principalmente no meio militar. Agora, quando estive no Paraná, recebendo as melhores e maiores manifestações de um povo digno e constituído de patriotas, à frente do qual se encontra esse jovem governador que é Paulo Pimentel, li numa faixa estas palavras: «Costa e Silva, artífice da Revolução».

Não, eu jamais quis esse título para mim. Do ponto-de-vista civil, muitos foram os artífices da Revolução. Entre eles se destacou o então Governador de Minas Gerais, nosso prezado Ministro Magalhães Pinto, que aqui se encontra neste momento. Mas, na área militar, houve um homem que percorreu o Brasil, de Sul a Norte, Leste a Oeste, conspirando, concitando os companheiros à deflagração de um movimento que, dia a dia, se fazia inevitável: foi o General Jaime Portela, então coronel, e que aqui também se encontra agora. Houve, portanto, preparação no meio militar como houve preparação no meio civil; como houve, sobretudo, preparação no meio do povo.

Todos os Senhores sabem que àquela altura já não havia mais como ficar, sequer, dentro de casa. Nem a própria dona-de-casa, porque o descalabro era tremendo, o País caminhava a grandes passos para a desgraça, para o caos, para a miséria.

Fez-se a Revolução. Mas muitos pensaram que apenas mudaríamos homens e outros viriam tomar conta da Revolução. Mas não, Senhores! Esta Revolução não tem donos! Esta Revolução é do povo. Tem uma doutrina, uma filosofia, que há-de ser levada avante, custe o que custar. E nós encontramos, logo no dia 2 de abril, o apoio dos governadores. Lá no Palácio da Guerra, na noite do dia 2 para o dia 3, cerca de 10 ou 12 governadores, dentre os quais a única testemunha aqui presente é o Ministro Magalhães Pinto — foram levar ao Chefe evidente da Revolução e Comandante do Exército naquele momento, o Chefe do Comando Supremo da Revolução, uma solidariedade e um estímulo que nos fortaleceram o ânimo. Foram dizer, como agora diz João Agripino, que estavam em torno de nós, para o prosseguimento da obra revolucionária.

Como naquele dia ocorrera em Porto Alegre um incidente grave com o Brigadeiro Wanderley, somente à meia-noite pude ter contato com os governadores que me procuravam. Se não me engano, lá estavam: Correia da Costa, Ildo Meneghetti, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ney Braga, Mauro Borges e outros. E, se também não me engano, a intenção deles era oferecer ao comandante do Exército o Governo da República, talvez por questão política, possivelmente porque não viam com bons olhos que assumisse a Chefia do Governo o então Presidente da Câmara dos Deputados.

Expliquei-lhes porque não aceitaria a alta missão que me queriam atribuir: a meu ver, a Chefia do Governo não deveria caber a um militar da ativa, para que não acontecesse o que ocorrera no episódio da implantação da República e que degenerou na desavença entre Benjamin, Deodoro e Floriano. Eu preferia que fosse escolhido um homem público de grande envergadura. Quanto a mim, queria ficar à testa das forças armadas para evitar que a Revolução se diluisse dentro de dois ou três meses. O Ministro Magalhães Pinto tem liberdade para me corrigir, se estou exagerando ou desfigurando a verdade, porque ele o único testemunho presente (assentimento do Ministro Magalhães Pinto, com um movimento de cabeça).

Pois bem, insisti com eles que se procurasse um homem com aquelas características, para assumir a Chefia do Governo.

Nós não pretendíamos — disse-lhes — empolgar o Poder, muito menos fazer-nos ditadores. Houve diálogo um tanto violento, em torno disso, mas o fato é que os governadores dali saíram certos de que a Revolução não se acabaria rapidamente, como já havia acontecido em outras épocas. Lembrei 1930, quando um político hábil soube lançar tenentes por toda parte e desagregou o Exército, cujo comando só foi

retomado em 1935, quando os efeitos da intentona comunista permitiram ao General Eurico Dutra reassumir o controle do Exército e, conseqüentemente, das Forças Armadas, restabelecendo a hierarquia e a disciplina.

Desses ensinamentos, precisamos extrair uma lição: era absolutamente necessário que, desde o primeiro dia, as forças armadas se apresentassem como um bloco, para dar a quem quer que assumisse a chefia do Executivo oportunidade e condições de levar à concretização os princípios revolucionários.

Numa segunda fase, por incrível que pareça, fui procurado, assediado por homens de alta responsabilidade parlamentar, que passaram a falar em junta governativa, ou triunvirato. Após discussões que duravam 3 e 4 horas — todas elas gravadas e uma delas presenciada pelo meu grande amigo General Castello Branco — eu disse a um grande parlamentar que essa solução também não nos servia. Não poderíamos aceitar a idéia de um triunvirato, composto, como se propunha, de elementos do Congresso, das Forças Armadas e das Forças Governamentais, representadas pelos governadores. Castello interveio para dizer a esse parlamentar:

— Doutor, isso traumatizaria o povo brasileiro! Observei, então, que tal fórmula não vigorara em Roma, nem na revolução francesa. Triunvirato, não. Sempre houve um, haja vista o primeiro consul que acabou imperador por circunstâncias diferentes. E conclui:

— Não queiram criar esse problema para o Brasil. Vamos à procura de um Presidente.

Meus Senhores, depois de 8 dias de discussão, sem que se chegasse a qualquer resultado prático, tomamos a decisão do Ato Institucional nº 1. Com ele, conseguimos definir o que pretendia a Revolução. Ficou escrito que dentro de 24 horas seria eleito pelo Congresso um Presidente da República.

Dias depois — já não comparecendo o nosso Magalhães Pinto, representado pelo Dr. Alkmin; e já não comparecendo o Sr. Carlos Lacerda, representado por Juraci Magalhães — levaram os governadores ao então Ministro da Guerra ou, mais exatamente, ao Comandante em Chefe, o nome do General Humberto Castello Branco. Essa candidatura surgira no Palácio Guanabara, num conclave político. Eu disse aos governadores, que voltavam à minha presença:

— Apesar de meu ponto-de-vista, contrário à escolha de um militar da ativa, quero dizer aos Senhores que não poderia ter sido escolhido homem de mais alto gabarito.

Manifestaram eles a intenção de procurar imediatamente o General Castello, para dar o resultado da nossa conversa. Objetei que o General Castello não devia ser procurado no Palácio do Exército, porque ali não se tratava de política. Eles foram a Castello e ouviram o seguinte convite:

— Os Senhores devem ir à minha casa e lá conversaremos.

Isto, Senhores significa unidade de doutrina. Eu afirmara antes que Castello não os receberia, para tratar de política, em seu quartel-general — o Estado-Maior do Exército — e ele de fato não os recebeu.

Logo na primeira reunião com os governadores, dissera eu que pretendia ficar à frente das Forças Armadas, para estar em condições de, se porventura se desvirtuassem as finalidades da Revolução, «apagar tudo e fazer tudo de novo». Usei exatamente estas expressões.

Uma vez eleito, Castello Branco procurou-me para me dizer que desejava minha permanência no Ministério da Guerra. Perguntei pelo que faria em relação aos demais membros do comando revolucionário. Respondeu-me que não pretendia mantê-los, mas que de mim precisava.

Como Ministro da Guerra, percorri duas vezes o País, fui de quartel em quartel, pregando a unidade e a hierarquia. Castello, ao convidar-me para que permanecesse no Ministério, manifestou a intenção de assumir a Presidência na segunda-feira. Estávamos num sábado. Ponderei que havia uma segunda lista de cassações necessárias e que eu desejava poupar-lhe o sacrifício de assumir essa responsabilidade. Disse-lhe mais: eu gostaria que me fosse dada uma semana, para que, sob minha responsabilidade pessoal, se fizesse a limpeza conveniente, antes que assumisse o novo Chefe do Governo. Mas, havia razões políticas que nos levaram a acertar a posse para quarta-feira.

Não tardou que os políticos voltassem a tramar a destruição da Revolução. A certa altura, tentaram envolver-me para obter o meu concurso e derrubar o Presidente, de quem era eu amigo de cinquenta anos e a quem devia lealdade. Jamais o trairia. E, em vez de traí-lo, ajudei-o a romper o cerco. Foi editado, então, o Ato Institucional nº 2. O Governo desejava-o? Não, Senhores, o Ato Institucional nº 2 foi como que imposto pelos inimigos da Revolução, porque nós pressentimos o perigo e procuramos armar-nos para o combate vitorioso.

Assim armados, chegamos com uma Constituição nova ao 15 de março de 1967. A Revolução realizava a sua vocação, constitucionalizando-se. Começamos a governar e vencemos quase dois anos de dificuldades de toda natureza, procurando superá-las com abnegação, energia e humildade. Estávamos concentrados em nosso programa administrativo, convencidos, como ainda estamos, de que a verdadeira revolução significa progresso, bem-estar coletivo e desenvolvimento. Mas, os inimigos não desistiram e tornaram à carga, agora sob novas formas, impondo-nos a decisão de 13 de dezembro.

Continuamos a trabalhar, para dar a este País uma estrutura vigorosa. Quando a Revolução chegou ao Poder, não havia estrutura nem política, nem social, nem econômica. Estamos fazendo o trabalho

de estruturação, que levará a todas as suas conseqüências o nosso movimento revolucionário. Mas, sempre que houver ameaças do tipo das que tivemos de enfrentar duas vezes, a reação virá; e faremos, como já disse, novas revoluções dentro da Revolução, se necessário.

Quero repetir, entretanto, que a Revolução não tem dono. Ela é do povo e ao povo prestará contas. Quem não estiver trabalhando pelo bem do povo, não terá condições de vencer. Quem tiver, no Governo, outras ambições que não as ambições coletivas, não conseguirá manter-se.

Se amanhã vier para o meu lugar um homem que não tenha essa compreensão, e que traga para a Chefia do Executivo propósitos de ditador ou de líder carismático, asseguro-vos, Senhores, que será repudiado pelo povo e pelos que fizeram a Revolução em seu nome.

Agradeço aos Senhores a oportunidade deste encontro e as palavras de estímulo e apoio, proferidas através de João Agripino. Muito obrigado. Continuaremos a Revolução, para que nossos netos possam ver o Brasil que estamos começando a construir: o maior país do Mundo.